

ENTREVISTA

ENTREVISTA

Tânia Bacelar de Araújo

A socióloga e economista construiu uma trajetória profissional recheada de momentos marcantes para a história do Brasil. Um aspecto relevante na sua carreira foi a atuação na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde começou a trabalhar em 1966, quando ainda era estudante universitária, tendo chegado à diretora de Planejamento Global (1985/86). Sua histórica ligação com a Sudene não a afastou de outras experiências. Em paralelo, lecionava na academia, onde está até hoje. Tânia também ocupou cargos públicos. Foi secretária de Planejamento (1987-88) e da Fazenda de Pernambuco (1988-90), secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife (2001-02) e secretária Nacional de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2003). “Foi um aprendizado enorme, tive uma leitura da política que não tinha. Fui três vezes secretária em governos de ruptura”, avalia. Tânia também foi convidada, e integra até hoje, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, o Conselhão, formado por 13 ministros e 90 representantes da sociedade civil. Na entrevista, nos conta sobre sua trajetória de vida, fala sobre crise financeira e reforça o potencial do Nordeste: “O Nordeste é viável, gente!”

Democracia Viva (DV) – Onde você nasceu e como era a dinâmica da sua família?


Tânia Bacelar – Nasci em 1944, no Recife, no mesmo local onde moro hoje. Era a casa de meu avô que eu e meus irmãos depois transformamos em um prédio. Vivemos todos lá. Minha mãe não trabalhava. Meu pai, Tércio Bacelar, era médico da Polícia Militar, foi diretor do Hospital da PM. Era daqueles médicos, clínico geral, que conheciam o pai, a mãe, o filho, receitava por telefone, passava duas horas em uma consulta. O pai dele era comerciante e tinha dois engenhos. Ele era de Vitória de Santo Antão e minha mãe, de Mata Grande. Isso era interessante porque Vitória de Santo Antão é da Zona da Mata e Mata Grande é o sertão brabo. Os dois tinham formações muito diferentes, hábitos muito diferentes.

DV – Você tinha a fama de ser a melhor aluna do colégio. Era mesmo?

Tânia Bacelar – Gostava muito de estudar. Estudei no Colégio Regina Pacis, de freiras, em Pernambuco. Tive um bom lastro na formação fundamental. Depois, no Colégio Vera Cruz, mais aberto. Tenho esse lado da formação católica, mas não sou católica praticante, apesar de, na minha formação, esse lado pesar. Desde criança, dizia que ia ser advogada. Fiz o curso Clássico pensando nisso. Fiz teste vocacional no terceiro ano e a psicóloga falou: “Olha, você dá para tudo, menos para advogada. Se quiser ir para a área de Exatas, dá. Se quiser fazer Arquitetura, dá. Se quiser fazer área de Ciências Sociais, dá. Mas não lhe recomendo fazer Direito”.

DV – E aí você desanimou?

Tânia Bacelar – Eu pirei. Eu queria ser criminalista e ela disse: “Você dá para tudo, menos para criminalista, porque tem que ser uma pessoa com perfil frio,



agressivo. Você vai ser um fracasso se escolher essa profissão". Fiz vestibular na Faculdade de Filosofia de Recife para Ciências Sociais. Comecei a cursar e, no primeiro ano, tive a disciplina Economia. O professor era Roberto Cavalcanti, uma pessoa muito bem formada. Ainda hoje o admiro, apesar de ele defender ideias bastante conservadoras. Naquela disciplina, pensei: "Isso tem a ver comigo". Fiz os dois cursos ao mesmo tempo. Quando estava no terceiro ano de Ciências Sociais e no segundo de Economia, comecei a trabalhar na Sudene. Foi o começo da minha vida profissional.

DV – Você tinha envolvimento com política na faculdade?

Tânia Bacelar – Entrei na faculdade com o golpe. A Faculdade de Filosofia era de freiras, não tinha um debate político grande. No movimento estudantil, meu primeiro voto foi para Marco Maciel. Havia dois candidatos da União dos Estudantes de Pernambuco, e a Faculdade de Filosofia votava quase toda no Marco Maciel. Na Faculdade de Economia, a gente já estava na ditadura. Nessa época, a gente só estudava teoria neoclássica, nem Celso Furtado a gente lia. Eu vim conhecer a produção de Celso Furtado quando entrei na Sudene. Minha politização mesmo foi na Sudene.

DV – Em que ano você entrou para a Sudene?

Tânia Bacelar – Em 1966, ainda estudante, como pesquisadora auxiliar, fazendo o acompanhamento de um dos programas da Sudene, de formação de pessoas para as profissões que não eram muito comuns no Nordeste na época: economista, agrônomo, geólogo, engenheiro. A Sudene dava bolsa para viabilizar o estudo de pessoas em Recife, em Salvador, onde estivessem as universidades. A gente ia até as famílias dos candidatos para conhecer a sua realidade, ver se realmente precisavam da bolsa. Muita gente teve oportunidade na vida por conta desse programa da Sudene.

DV – E como foi, tão nova, conhecer tantas pessoas diferentes?

Tânia Bacelar – A Sudene realmente mudou a minha vida. A gente ia em qualquer lugar, tanto nas áreas urbanas, nas favelas, como nos lugares mais distantes, em municípios pequenos do interior. A gente via que as pessoas precisavam mesmo do apoio das políticas públicas. A solidariedade entre as famílias mais pobres também era impressionante.

DV – Quem dirigia a Sudene nesse período?

Tânia Bacelar – Primeiro, teve um interventor, um militar, mas durou pouco. Quando entrei, era João Gonçalves. Passei um tempo como pesquisadora social. A Sudene tinha um programa de bolsas importante para os funcionários. Como queriam um grupo com a mesma formação, montaram um curso de especialização para a Sudene. Essa foi uma grande oportunidade. Comecei a descobrir o mundo. Eu consegui passar na seleção para essa capacitação, mas foi a primeira vez que senti preconceito de gênero.

DV - Como foi a experiência?

Tânia Bacelar – Eu fui a única mulher selecionada. As pessoas entravam na Sudene por qualificação, havia a seleção e quem passasse entrava. Eu já vinha trabalhando lá e achava que as mulheres e os rapazes tinham mais ou menos as mesmas oportunidades. Na seleção, tinha uma prova escrita e uma entrevista. Quando terminou a minha entrevista, o entrevistador disse: “Eu não queria selecionar mulher mas, infelizmente, sua prova escrita foi tão boa que eu não posso reprovar”. Eu fiquei estatelada.

DV – Como foi a sua vivência no curso?

Tânia Bacelar – Tive a oportunidade de conviver com uma turma de 20 pessoas das mais qualificadas da Sudene. Os professores eram de fora, gente da Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e Caribe]. Eu fui aluna de [Maria da] Conceição Tavares, de [Carlos] Lessa, [Antônio Bastos] de Castro, de Pedro Saez, de Carlos Matus, entre outros. Foi muito bom intelectualmente. Foi como outro curso de Economia. Toda aquela inutilidade que eu tinha estudado na faculdade eu botei no lixo. Era um curso intensivo. Estudei em oito meses o que não tinha estudado nos quatro anos de faculdade.

DV- E depois do curso?

Tânia Bacelar – Fui para a assessoria técnica, que era o órgão da Sudene responsável pela coordenação geral. Também comecei a ensinar na Católica [Universidade Católica de Pernambuco], de noite. Tanto na Católica como nos cursos de especialização da Sudene, nos quais também comecei a ensinar, descobri meu lado professora, que também não sabia que tinha.

DV – Como você entra para a Geografia?

Tânia Bacelar – Na UFPE, onde comecei a ensinar em 1972, tinham criado o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. Era pioneiro, porque era multidisciplinar, coordenado por Manoel Correia de Andrade. Quando voltei da França, no final dos anos 70, o Departamento de Economia tinha sido tomado pelos que defendiam hegemonia da visão neoclássica. Tiraram o Manoel Correia e separaram o curso em dois mestrados: Economia e Sociologia. Mas Manoel Correia era um nome tão forte que não podia ficar no meio da rua. Quando voltei do doutorado, ele estava com a missão de montar um mestrado de Geografia. Ele me contou a situação que estava instalada no departamento de Economia e disse “venha para Geografia porque eu vou montar

um curso multidisciplinar, com área de domínio conexo em economia. Nossa especialidade vai ser Geografia Humana e Regional, então eu queria que você viesse para cá”. Eu fui para lá, fiz concurso e fiquei. Então, ensino Geografia desde 1979. Sempre agradeço a ele. Eu fui para Geografia e achei uma maravilha.

DV – Por que os militares tinham medo da Sudene?

Tânia Bacelar – Porque a elite nordestina tinha medo. A Sudene tinha feito um trabalho bom e os militares tinham medo dela. A equipe toda era muito politizada, antenada com a vida do país. O projeto não era revolucionário, mas reformista. Tinha a proposta de mudar a Zona da Mata, produzindo alimento lá. E mudar a estrutura fundiária do agreste e do sertão. A lei de criação da Sudene passou um ano no Congresso e foi aprovada, em 1959, pela bancada progressista do Nordeste com o apoio da bancada progressista do Sudeste, contra a bancada oligárquica do Nordeste.

DV – O que ocorreu com a chegada dos militares?

Tânia Bacelar – Podemos dizer, para simplificar, que existiram duas Sudenes. A de Celso Furtado, em um Brasil saindo de Juscelino e ainda sem ditadura. Era reformista, desembarcou no Nordeste com uma proposta de mudar a realidade da região. A Sudene nasceu muito forte, ligada diretamente ao presidente da República, com status político e orçamento garantido.

Existia na legislação brasileira uma taxa de 3% do Imposto de Renda e do IPI para o Nordeste. Era como se fosse um fundo que servia como orçamento do órgão. Ela não disputava dinheiro no orçamento anual. Eram feitos planos diretores plurianuais para usar esse dinheiro.

O lado reformista da proposta foi morrendo e o dinheiro estável foi tirado. A Sudene foi ocupada por militares, a direção comandada por Furtado toda foi decapitada e ela levou um golpe forte na reforma tributária, na Constituição que fizeram depois na ditadura, em 1966. Passou a disputar o orçamento anual, não sabia quanto teria no ano seguinte, gerando uma fragilidade estrutural. Ela não morreu ali porque perdeu o dinheiro orçamentário, fixo, estável, mas ganhou a dinâmica do sistema de incentivo. Foi quando surge a segunda Sudene, a dos incentivos. Ela perdeu força no projeto reformista porque com o dinheiro fixo é que se fazia pesquisa, formava gente. Mas os incentivos ganharam dimensão e ela virou uma agência de administração dos incentivos. E como era dinheiro significativo, mudou a indústria da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, mas não era esse o projeto inicial.

DV – O governo militar então esvaziou a Sudene?

Tânia Bacelar – Esvaziou, botou um general na direção cuja esposa era, por coincidência, cliente do meu pai. Veja que mundo pequeno: um belo dia, chega esse cidadão na minha casa, eu ainda era solteira, e ele foi buscar meu pai de





urgência porque a mulher tinha tido um problema. Meu pai já saindo com ele disse: “Minha filha trabalha na Sudene”. Ele parou e disse: “Me botaram na Sudene dizendo que eu iria encontrar um antro de comunistas e eu encontrei um antro de idealistas”. Nunca esqueci essa frase. A gente sentia o clima lá dentro, tinha um SNI, tudo o que a gente fazia era fiscalizado. Muita gente de referência saiu.

DV - Alguém que você conhece chegou a ser preso durante a ditadura?

Tânia Bacelar – Muita gente. Quando veio o AI-5, eu já era da Sudene. E veio uma outra leva de prisões de pessoas muito próximas. Foi quando me casei com um colega da Sudene. O Alcindo tinha uma trajetória de militância diferente da minha. A gente casou em 1972,

o AI-5 foi em 1969. Um dos irmãos dele, acredito que da AP (Ação Popular, um dos mais importantes movimentos de resistência ao regime militar), não tenho certeza, foi preso. O Alcindo é economista e também foi preso. Primeiro, o irmão dele fugiu. Como não o encontravam, foram lá em casa e levaram o Alcindo. Meu cunhado ficou um ano preso, foi muito torturado. Meu marido ficou apenas uma semana porque perceberam que a gente não sabia realmente onde o irmão dele estava. Em 1974, fui para a França fazer meu mestrado e esse meu cunhado fugiu como clandestino e morou com a gente lá.

DV – Quanto tempo você morou na França?

Tânia Bacelar – De 1974 a 1979, quando terminei a minha tese. Fui pela Sudene que tinha um programa de treinamento. Eu me candidatei para fazer o mestrado e eles aprovaram. Já o meu marido, a Sudene não aprovou, por conta do processo, por ter sido preso. Depois, conversando com um advogado, ele disse: “Não, vocês são casados, ele tem direito de ir com você”. Aí, entrei com o pedido e eles suspenderam o contrato, eles não aprovaram, mas também não o demitiram.

DV – Nessa ocasião você conheceu Celso Furtado.

Tânia Bacelar – Fui aluna dele em um curso na Universidade de Paris e ele foi da minha banca. Minha tese foi sobre a industrialização do Nordeste. Fiz uma discussão sobre a industrialização que estava sendo patrocinada pela Sudene, que era o oposto do que Celso Furtado tinha proposto. Ele tinha proposto uma industrialização com base no empresário nordestino do mercado nordestino, usando matéria-prima do Nordeste. A ideia dele era que não dava para vencer a oligarquia de frente, portanto era necessário criar uma classe dirigente empresarial nova. O sonho dele era uma classe industrial moderna no Nordeste para ver se os oligarcas perdiam força. Mas, na minha tese, mostro que não foi isso o que ocorreu. Uso como apoio o trabalho anterior de Chico de Oliveira sobre a integração do mercado nacional e a ida para o Nordeste de empresários do Sudeste ou de capital multinacional, devido aos incentivos.

DV – A Sudene foi criada criticando as barragens. Qual era a avaliação sobre o semiárido na ocasião?

Tânia Bacelar – O semiárido tinha como lastro o latifúndio pecuário, mas a criação extensiva permitia o rebanho conviver com a agricultura.

A massa da população era produtora, mas não tinha terra, entrava na terra pela meação. Isso era bom para o proprietário do latifúndio porque ele fazia um sistema de rotação com o gado que permitia plantar o milho e o feijão, e depois o algodão do trabalhador sem terra, que adentrava na terra pela relação de parceria. Essa parceria era tranquila. Ele produzia no ano bom, o proprietário financiava, na hora da colheita era feita a conta, sempre desfavorável a quem produzia. Segundo Furtado, o problema do semiárido não é o ano seco, mas sim o ano bom porque é quando as pessoas produzem, mas não acumulam. Era uma estrutura consolidada que levou 400 anos e só reproduzia miséria. O problema não é o ano ruim que vai haver de tempos em tempos porque é uma região que tem chuva irregular. O problema são as relações sociais que estão montadas nesse modelo que é inviável. Tinha que quebrar o modelo. E ele não conseguiu quebrar.

DV - E veio a crise do algodão.

Tânia Bacelar – Nos anos 1980, acabou o algodão. E o algodão levou de arrasto a pecuária. Quando terminava a colheita, soltavam o rebanho em cima do algoadoal, para parte da alimentação do gado. Quando tiravam a pluma do algodão para ir para a indústria têxtil, o caroço era triturado e transformado em ração para o animal. Então havia alimentação a custo zero, importante para a pecuária. O cara que produzia não recebia nada por isso e, quando fazia a conta do que tinha sido financiado, ficava com quase nada. A política de açudagem foi uma política que reforçou esse modelo. Quando teve a primeira grande seca do Nordeste, em 1877, morreu muito gado. Depois que eles fizeram a política de açudagem, não morria mais. Na verdade, a política de açudagem foi importante, mas fortaleceu um modelo que estava lá estruturado. E a Sudene criticava esse modelo porque reforçava o poder do pecuarista. Não melhorava o poder da maioria, não chegava ao pequeno produtor, além do que tinha a luta pela água. Os açudes ficavam nas grandes propriedades. A água era um elemento de dominação forte sobre as pessoas.

DV – Como ficou a geração de renda das famílias, sem o algodão?

Tânia Bacelar – As pessoas foram salvas pela redemocratização, pela transferência da Previdência rural na Constituinte de 1988. Quando acabou o algodão – embora modesta – era a única fonte de renda, o que a popula-

ção teve que fazer? Vender o milho e o feijão que antes usava para comer. Assim, começou a haver problema de desnutrição grave no semiárido. Quem salvou a população? A transferência da Previdência.

DV - E agora, o Bolsa-família?

Tânia Bacelar - Sim. A Constituição de 1988 segurou os velhos, e o Bolsa-família segura as mulheres. O volume de transferência da Previdência ainda é maior do que o do Bolsa-família. E evitou a migração em massa. Hoje, tem uma disputa de duas tendências: uma é a da elite, de fazer os grandes perímetros de irrigação, que é um dos eixos da transposição, levar água para onde tem terra boa, mas não tem água. Mas isso é o modelo de quem pode. Quem não pode, convive com o semiárido. E aí têm coisas muito interessantes ocorrendo no Nordeste para esses que ficaram sem algodão, que não têm terra porque a estrutura fundiária não foi tocada.

DV – E há uma série de projetos de convivência com o semiárido. Como você analisa isso?

Tânia Bacelar - As alternativas são buscadas a partir da convivência, e isso é interessante. A preocupação com a ecologia está na agenda como nunca. Por exemplo, quando entrei na Sudene, não se discutia ovino e caprinocultura. Existia um preconceito contra o comércio de bode. Só que a carne dele é mais saudável que a do gado. O leite é mais caro, o queijo é maravilhoso. Na França, queijo de cabra é tratado como especiaria e no Nordeste era considerado coisa de pobre. Uma das grandes dificuldades de se criar bode é conhecer o manejo do rebanho, porque é criado solto. O bode está sendo visto como alternativa econômica, um animal menor, que come menos e que tem uma cadeia produtiva que pode ser tão boa quanto a outra. Hoje, também existe uma produção de mel no Piauí. É um dos tais arranjos produtivos locais exitosos do Nordeste. Há, entre outras, experiências com flores tropicais na Paraíba e no Ceará.

DV – E isso é uma novidade?

Tânia Bacelar – Sim, é uma novidade. E hoje muitos deles produzem para exportação. No Rio Grande do Norte, por exemplo, na Serra do Mel, tem-se uma produção muito boa de castanha para exportação. Mas aí foi preciso fazer a reforma agrária, o governo foi lá e desapropriou, criou o assentamento, que vende castanha orgânica para Suíça. O que eles produzirem, a Suíça compra. O fim do algodão fez

o que Celso Furtado sonhou fazer: desmontou o modelo secular. Não tem ainda a dimensão para "segurar o tranco" da economia, mas tem dimensão local. Não tem escala para ter um impacto estruturante. Mas para a população local isso foi a solução.

DV – O Nordeste é viável?

Tânia Bacelar – O Nordeste é viável, gente, só não recebeu os investimentos que o Sudeste recebeu, mas é viável. A gente perdeu o trem do investimento no começo do século 20, mas o potencial é grande. Acho que o Nordeste viveu agora um período interessante no governo Lula. Primeiro, a opção dele de retomar o crescimento puxando o consumo da base da pirâmide, mexendo na demanda antes de mexer na oferta. Ele foi pela demanda, transferência de renda, aumento do salário mínimo, aumento do crédito. O Nordeste tem 28% da população do Brasil e metade dos pobres do Brasil. Metade do Bolsa-família está lá. O Nordeste tem 43% da PEA agrícola do Brasil.

Previdência rural, aumento do salário mínimo – o Nordeste tem metade dos ocupados que ganham até um salário mínimo no Brasil – são políticas nacionais que incentivaram a demanda no andar de baixo, e houve dinamização do consumo. E isso atraiu o investimento, os supermercados se ampliaram lá. Não dinamizou só a economia local, as empresas de fora também foram para lá. A dinâmica econômica da região está em movimento, o que é preciso fazer? Investimento. Todos os institutos de ciência e tecnologia do Brasil estavam de Belo Horizonte para baixo. A [Universidade] Federal de Pernambuco conseguiu seis institutos nacionais em áreas de ponta, como a farmácia. Por que não farmácia lá. Farmácia tem que vir para o Rio de Janeiro? O Rio de Janeiro tem potencial, mas Pernambuco também tem. Lá hoje há vários institutos nacionais, o de farmácia é um deles.

DV – Esse processo da redução das desigualdades regionais já ganhou dinâmica própria, no sentido de deslanchar independentemente de governo?

Tânia Bacelar – Não ganhou dinâmica própria. Isso é uma experiência nova, muito incipiente e em um momento difícil. Não foi consolidado, tem altos e baixos, tem a crise mundial que cria um outro ambiente. O próprio tamanho desse mercado também não está consolidado. Lutam 20 milhões, 30 milhões de pessoas para ir para outra faixa de renda e dinamizar esse mercado, e isso não é uma coisa que tenha gás

permanente. A capacidade de endividamento dessas famílias não é ilimitada, mesmo com crédito. É um modelo que funcionou agora. O projeto das elites brasileiras é o projeto do PSDB, um projeto de inserção competitiva e seletiva do Brasil no mundo. E acho que ele pode voltar.

DV – Você acredita que o PSDB, caso ganhe as eleições, manteria a política de transferência de renda?

Tânia Bacelar – Vão manter o Bolsa-família, mas isso não foi tão relevante. Um estudo do Ipea mostra que o impacto na renda do aumento do salário mínimo é maior do que o do Bolsa-família. A bandeira da gente nos anos 1990 era de salário mínimo de US\$ 100 e parecia que o mundo ia cair, ia falir a Previdência, todos os municípios pequenos do Brasil iam fechar. Nós já passamos de US\$ 100, pode tirar a desvalorização cambial, não faliu a Previdência e o Brasil está muito melhor. No Nordeste estão 43% da PEA rural do país e os economistas do PSDB não acreditam na agricultura familiar. O governo atual passou o orçamento do Pronaf de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 15 bilhões, e isso foi bom para o Nordeste.

DV – Há um possível resultado benéfico da crise financeira mundial para o Brasil?

Tânia Bacelar – Eu tenho essa visão. A crise de 1930 foi boa para o Brasil, porque encontramos a brecha para fazer a industrialização. A atual está batendo mais nos países mais desenvolvidos. A gente não depende só dos Estados Unidos, da Europa, mas da América Latina, China e Índia irem bem. O Brasil tem um potencial aí, tem um enorme mercado interno e muitas oportunidades no mercado mundial. O Brasil do século 20 quis ser industrial e urbano, mas o mundo está mudando do petróleo para a energia renovável. Ou seja, em relação às energias que estão na outra pauta, o Brasil tem grande potencial. Também vai haver um debate sobre produção de alimentos porque os estudos da FAO (*Food and Agriculture Organization*, das Nações Unidas) mostram que, com o aumento da renda na América Latina, na África, na China, na Índia, a demanda por alimento será aumentada. E aí, ou tem aumento da produção, ou o preço vai estourar. E a fronteira agrícola do mundo está aqui. A gente tem água, terra e tecnologia. Não vejo como o Brasil não vai fazer essa discussão: vamos ou não vamos ser um grande produtor de alimentos? Essa é uma discussão importante no Brasil: como ser potência industrial, porque foi

isso que eu resolvi ser e gastei todas as minhas fichas, e como atender a essa nova janela de oportunidades que está aí, que vem da política energética e da demanda de alimentos. E as duas estão no mundo rural.

DV – Isso também volta para a produção ovino-caprina no Nordeste, certo? Em vez de soja, poderíamos exportar queijo de cabra?

Tânia Bacelar – Parte grande da elite empresarial, política e acadêmica não acredita na agricultura familiar. Eu já assisti muito debate em que se diz que isso é coisa de pobre, que a cabra não tem viabilidade econômica. Quem segurou o tranco foram os movimentos sociais. Eles defendem um Brasil rural com gente. E a agricultura familiar tem esse diferencial, ela resolve a questão do emprego, que a agricultura patronal não resolve. A agricultura patronal resolve a questão da produtividade e da capacidade competitiva para exportar. Mas não emprega, mas sim, maquiniza. Se a gente quer um Brasil rural sem gente, vamos para o Brasil rural da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil). Agora, sabemos que as nossas cidades vão ter que aguentar o tranco. E os movimentos sociais, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e o MST, dizem “não!”. A agricultura familiar tem vantagens competitivas. Primeiro, arranjar emprego. Segundo, agricultura biológica é em muitos casos mais adequada à pequena unidade que à grande unidade. Se eles vão para o transgênico, a gente pode ir para a agricultura biológica com a agricultura familiar. Essa é uma discussão no Brasil muito importante porque nós vamos ser pressionados pelo ambiente mundial para voltar a discutir nosso papel no mundo como produtores de bens agrícolas e de energia limpa.

DV – Você tem uma relação muito forte com os movimentos sociais.

Tânia Bacelar – Tenho admiração pelo MST, pelo seu papel no Brasil, modelo de organização, que é tudo o que defendo. Eles são um exemplo do modelo adequado de gestão para o Brasil, eles têm um modelo de organização que é coordenado nacionalmente e descentralizado regionalmente. Por isso, em determinados lugares do Brasil, o MST é mais forte; em outros, menos. Porque o Brasil é diferente mesmo. Acho que a Contag tem um papel importante, parte grande da agricultura

familiar está na base da Contag. Eles têm um projeto claro de Brasil rural com gente, de defesa da agricultura familiar. O movimento da reforma urbana também defende teses muito importantes para um Brasil melhor.

DV – Parece a sua visão sobre desenvolvimento. Você valoriza o desenvolvimento local, mas, por outro lado, acha que tem que estar integrado.

Tânia Bacelar – Tem que dialogar com a visão nacional se não a gente se perde no atomizado. O Brasil ainda é um país em processo de construção. O modelo nem deve ser o centralizado, que é uma tragédia, nem é o da descentralização atomizada. É preciso um norte único: sabermos com clareza o que temos em comum.



DV – Você também teve contato com sindicatos, não é? Há críticas no sentido da necessidade de renovação desses espaços, de precisarem repensar as novas formas de trabalho e renda.

Tânia Bacelar – A economia mudou. As novas tecnologias mais flexíveis mudaram as relações de trabalho profundamente. E o movimento sindical que a gente tem é herdeiro do modelo anterior. Essa passagem para eles não é fácil. Se pensarmos que hoje no Brasil metade da população ocupada é informal, eles só representam, de saída, a metade da população. O que está fora é heterogêneo. Quem os representa? E como eles fazem para entender o que é isso para também representarem? A crise mundial também afeta o mercado de trabalho. São discussões muito importantes. Por outro lado, no Brasil dos anos Lula, ainda teve uma complicação. Como é um governo do lado dos movimentos, é mais fácil fazer oposição, confronto, criar tensão quando o governo é conservador. Quando o governo é amigo, é mais difícil construir essa relação de geração de tensão.

DV – Mas depois de oito anos não deu para aprender um pouquinho?

Tânia Bacelar – Sim, mas houve uma mudança no Brasil sobre a qual precisamos pensar. Nos anos 1990, a taxa de desemprego aumentou, informalizamos grande parte das ocupações. Nesse período agora, voltou a formalizar. Nós criamos quase 13 milhões de empregos formais no Brasil. Ninguém esperava. E quem lidera o crescimento é o Nordeste. Foi o padrão de crescimento que mudou? O que aconteceu? Ainda falta esse debate. E aí fortaleceu o meio sindical porque contrarrestou aquela tendência de perda de espaço que eles tinham. Eu acho que nesses últimos anos eles viveram isso: um governo que é do lado deles e uma economia que estava voltando a gerar emprego formal e os fortalece.

DV – A economia solidária pode ser uma potencialidade para o Brasil?

Tânia Bacelar – Tem um povo da esquerda que não acredita, mas acho a proposta interessante. Não existe palavra mais antagônica ao capitalismo do que solidariedade. O que ela coloca é isso: é possível realizar a produção material com outras relações sociais de produção, ou não? O que elas estão mostrando é que é possível e é viável economicamente. E é possível que as pessoas tenham uma qualidade de vida razoável. Se não for assim, não dá. Acho que eles têm mostrado

que há brechas, mas a gente também precisa ter a consciência de que não é hegemônica. A ideia é que não tenha exploração. Em princípio, é boa, mas operar essa ideia não é fácil porque toda a ideologia da sociedade está organizada na direção da individualidade, da competição. Acho que mesmo com o pouco apoio que deram, o resultado é muito interessante.

DV – E, ao mesmo tempo que temos essa proposta de economia solidária, entramos cada vez mais na era da financeirização.

Tânia Bacelar – A crise não está tirando a gente da era da financeirização, está aprofundando. É uma dificuldade discutir a vida das pessoas, o desenvolvimento em um mundo onde o capital se reproduz na esfera financeira, falindo um país. Quando a gente fala em desenvolvimento, está falando do mundo real, da produção material, da inserção das pessoas na vida produtiva do país. A economia mundial hoje se move em outra escala. Os ativos que estão na escala financeira são muito maiores do que os ativos que estão na escala produtiva. A dinâmica hegemônica está lá em cima e o próprio debate econômico fica meio abstrato. Na mídia, não tem economista falando de desenvolvimento, tem economista falando de taxas de juros, de câmbio. Quem fala são os economistas dos bancos, porque é aí que a vida econômica está se dando para os que podem. E a crise não desmontou isso, a crise está se retroalimentando. O Brasil entrou nisso na década de 1990. O tamanho da dívida pública ainda é muito grande, tinha caído para 36%, voltou para 40% com a crise, e aí você pega uma dívida desse tamanho, sobe um pontinho na taxa de juros e incide sobre um bolo enorme. E é isso que vai disputar o dinheiro da educação, da saúde, que sempre perdem, porque são importantes, mas são atomizados, não têm a força do outro.

DV – Quando falamos de desenvolvimento não podemos deixar de tocar no BNDES. Como você vê a atuação do Banco?

Tânia Bacelar – Acho que existem vários BNDES. O BNDES da era neoliberal era o das privatizações. E agora há a retomada do papel do BNDES da grande indústria. Eles sabem fazer muito bem o financiamento à grande indústria, a grandes projetos de infraestrutura. Há competência para os grandes projetos e dificuldade de lidar com os pequenos. Por exemplo, o Luciano Coutinho [presidente do BNDES] está fazendo um esforço para cuidar dos pequenos projetos e para trabalhar a dimensão regional, que também

é uma dificuldade do banco. A gente sempre brigava porque o regional do banco estava na área social e no terceiro escalão. Ele puxou o regional para a presidência. Lidar com o pequeno precisa de mais paciência, mais flexibilidade, e aí, normalmente, operam por meio do Banco do Nordeste, que já tem uma competência nessa área. Mas acho que estão avançando.

DV – Como você vê o financiamento público a empreendimentos que geram impactos sociais, ambientais? É possível, por outro lado, ter algum empreendimento econômico que não gere impactos? Como você vê essa tensão?

Tânia Bacelar – Desenvolvimento era sinônimo de desenvolvimento econômico. Então financia o quê? Financia a siderurgia, a mineração, as atividades econômicas. O desenvolvimento social é da natureza das instituições de financiamento tradicionais? Não. Então, o que a gente está fazendo é gerando tensão. E eles estão respondendo. Acho que o banco já está um pouco com um discurso novo. Uma empresa como a Petrobras desembarcou no meu estado e eles botaram, na semana passada, no auditório, 2.500 empresas de Pernambuco para dizer o que eles vão comprar. Transparência, né? O BNDES está criando junto com o presidente da Petrobras um grupinho para pensar nisso.

DV – É uma atitude nova?

Tânia Bacelar – Para mim é novidade perceber a Petrobras preocupada com o impacto regional da sua presença em determinado lugar. Porque se você não tiver essa preocupação acabou o diálogo. O que tem que montar lá é uma refinaria, esquece o resto e bota a refinaria lá. Se a população vai se agregar em favela para poder construir e depois vai ficar na favela não é problema da Petrobras, é problema dos prefeitos. E esse tipo de mentalidade está, devagarzinho, mudando, porque a sociedade é que está dizendo: “Desenvolvimento não é chegar aqui e pensar que é a casa da Mãe Joana, não!”. Tem impacto positivo, mas tem impacto negativo. Agora, é do DNA, é da natureza? Eles fazem isso com tranquilidade? Sabem fazer? Não.

DV – A sua fala é muito interessante porque mostra a força que a sociedade tem até para pressionar, é uma luta permanente.

Tânia Bacelar – Isso. Uma coisa que aprendi no governo é que administrar significa administrar conflito de interesses. Então, se você



não chiar de um lado, o que tem força para chiar do outro leva. Não tem buraco vazio na política, tem jogo de força.

DV – A justiça social e ambiental são compatíveis com o capitalismo?

Tânia Bacelar – Não, a gente vai tensionando. É nosso papel ficar na contramão.

DV – O capitalismo continua forte, mas há a busca de alternativas, não?

Tânia Bacelar – De um lado, o capitalismo continua forte e hegemônico, mas acho que tem um debate mundial na busca de alternativas. A consciência ambiental vai marcar o século 21 e o Brasil tem um potencial de recursos naturais muito grande. Talvez seja o país com maior potencial. Essa discussão do desenvolvimento sustentável ambiental no Brasil é importante e está crescendo.

Os nossos filhos já têm mais consciência do que nós, então, as novas gerações vão cobrar mais. Esse tema veio para ficar e remete a um outro tema, que está longe de ser discutido no Brasil, que é a história do padrão de consumo. Ao redistribuir um pouco mais a renda, estimulamos a população ao padrão de consumo hegemônico. A gente baixou o IPI e todo mundo quer ter carro. Essa é a solução para o século 21? É inviável todos os brasileiros terem carro. Esse debate é mundial, a gente tem que aprender a ser feliz com outro padrão de consumo. Esse debate vai ter que vir.

DV – Você teve algumas experiências na área política. Foi muito ligada a Miguel Arraes, por exemplo.

Tânia Bacelar – No governo de Sarney, aceitei pela primeira vez um cargo de direção na Sudene. Antes, eles não me dariam. Era diretora da área de planejamento, quando o Dr. Arraes se candidatou para governador, em 1986. Ele tinha feito amizade com Jader de Andrade, que tinha voltado do exílio e foi reintegrado à Sudene pela Lei da Anistia. Jader, que era uma figura maravilhosa, foi coordenador técnico da campanha de Arraes. Eu dei uma ajuda no grupo técnico e quando o Dr. Arraes ganhou me chamou para ir para o governo. Jader foi para uma secretaria especial e eu para a Secretaria de Planejamento. No segundo ano do governo, fui para a Secretaria da Fazenda, que estava em crise. Passei quinze dias respondendo pelas duas secretarias, mas acabei ficando na Fazenda. Dr. Arraes saiu para se candidatar e eu ainda fiquei com o Carlos Wilson até 1990. Foi nesse período que trabalhei mais na área política. Mas eu nunca fui de partido político, nunca fui filiada. Isso é um problema para eles.

DV – O que essa experiência mudou para você?

Tânia Bacelar – Foi um aprendizado enorme, tive uma leitura da política que não tinha. Fui três vezes secretária em governos de ruptura: secretária de Planejamento de Pernambuco, secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife, quando João Paulo ganhou a eleição para prefeito, em 2000-2001, e secretária de Políticas Regionais quando o Lula ganhou. Dr. Arraes substituiu Gustavo Krause/Roberto Magalhães, João Paulo substituiu Roberto Magalhães, e Lula, Fernando Henrique. Então, não é fácil. No governo, você sente como é que a política pega. Na academia, jamais entendemos como operam esses mecanismos. Por exemplo, vivi a sensação de que se ganhou o governo, mas não o poder nos três momentos.

Em Pernambuco, na Secretaria de Fazenda, a gente não ganhou nenhuma batalha que a gente tinha no mundo jurídico porque o mundo jurídico não era desse lado, era do outro lado. A gente perdia todas, era muito claro: “você ganharam o governo, o poder está em outros lugares e vocês não ganharam o poder”. Um acadêmico jamais vai saber o que é isso. Nunca consegui ser acadêmica pura porque sinto falta da realidade. Acho que a academia tem dois defeitos graves: ela descola a gente da realidade e é palco de disputa mesquinha por poder. Mas também não consigo deixar a academia. Toda vida eu fui 20 horas na academia e 40 horas em algum outro canto. A academia deve ter muita gente 40 horas, dedicação exclusiva, mas eu acho que uma pitadinha de professor com o meu perfil também é bom.

DV – A Sudene foi extinta em 2001, por Fernando Henrique Cardoso, com a justificativa de corrupção e de desvio de seus objetivos iniciais. Foi no governo Lula que houve o estímulo para que a Sudene idealizada por Celso Furtado fosse retomada. Você integrou a Secretaria Nacional do Ministério da Integração no governo Lula com o objetivo de recriar o órgão.

Tânia Bacelar – Assumi o cargo de secretária de Políticas Regionais. Só que veio a frustração com o projeto. Até o primeiro semestre, parecia que o negócio ia dar certo, no segundo, com a lei já no Congresso, ficou muito claro que os empresários queriam o incentivo e ele não existia. Então, não houve apoio político empresarial forte. O fundo para dar consistência à Sudene foi negociado com os governadores para ir direto para os estados, em vez de ir para a Sudene. Aí ficou claro que os governadores também não queriam. Eu logo vi que aquele projeto da Sudene não ia para lugar algum. Mas aí a gente tinha começado a discutir uma proposta de política de desenvolvimento regional. Enquanto o projeto da Sudene estava andando, a gente tinha começado a formatar o PNDR [Política Nacional de Desenvolvimento Regional]. Aí o ministro insistiu: “Não vá agora não, pelo menos deixe a política formatada”. Então, fiquei até janeiro de 2004, a gente fez um primeiro esboço da política e eu fui embora.

DV – Você participa do Conselho. Como entrou nesse conselho?

Tânia Bacelar – Foi Lula quem convidou, era um conselho do presidente, as pessoas foram

escolhidas por ele. Isso me incomodou, afinal, somos representantes de quê? Alguns que estão lá são líderes legitimados. Todos estão lá porque o presidente convidou. Disseram a mim que era porque sou nordestina, mulher e da academia. Só que as mulheres são amplamente minoritárias, são apenas dez entre quase 90 membros.

DV – Quantos são no grupo da esquerda?

Tânia Bacelar – Uns 15. No começo, a gente fazia uma reunião antes da reunião. O pessoal mais de esquerda se reunia antes. E o pessoal do empresariado também. Depois, a gente foi vendo que não era assim. Acho uma experiência interessante. É uma assessoria ao presidente. Deve ser de grande serventia para ele porque sente a diversidade, que é muito grande, e dá para mapear convergências e divergências.

DV – Que papel o Conselho desempenhou durante a crise?

Tânia Bacelar – Em 2009, se tirou um comitê de dentro do conselho para, com o presidente, acompanhar a crise. Tinha representante do movimento sindical, do movimento empresarial, dos bancos, Dona Zilda Arns representava a sociedade civil. E ela, quando falava, o povo parava para ouvir. Ela costumava afirmar que

“pode cair o mundo, mas não é para mexer nas políticas sociais”. Como era gente que estava convivendo com a crise, trazia para o presidente, com muita rapidez, o que estava se passando, e a repercussão das medidas tomadas voltava para ele rapidamente, sem interlocutor. A avaliação da experiência foi muito interessante.

No começo do governo Lula, a primeira pesquisa que a gente fez entre os membros foi sobre qual seria o principal problema do Brasil. Quase 90% disseram que era a desigualdade social. Então, virou um eixo importante do trabalho que gerou o Observatório da Desigualdade, hoje bastante estruturado. O Ipea ajuda, o IBGE também, quer dizer, tem um respaldo técnico dos órgãos do governo e tem uma comissão que acompanha os indicadores do milênio.

DV – O presidente escuta sempre?

Tânia Bacelar – Tem coisas que ele não ouve. A gente fez uma moção propondo mudanças do Conselho Monetário, aí não deu. Mas, de vez em quando, a gente lembra ele disso. Mas é válido. Tem coisa que não anda mesmo. Por exemplo, na reforma tributária, tem muita discussão, andou pouquíssimo. São os carmas do Brasil: onde tem terra, tributo, os embates não são à toa. ■

Participaram desta entrevista

Entrevistadores(as)

Dulce Pandolfi
Fernanda Carvalho
Flávia Mattar
Jamile Chequer
Raimundo Dumas
Renata Lins
Rogério Jordão

Decupagem

Ana Bittencourt

Edição

Flávia Mattar
Jamile Chequer

Fotos

Marcus Vini

Produção

Geni Macedo

